Folha 206
PREFEITURA
CPL

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Id:10EF10FE6E64AC54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°006/2021
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 018/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 01561/2021

Aos 24 dias do mês de setembro de 2021, a Prefeitura de Cocal dos Alves -PI, localizada na Rua João Domingos da Silva, Bairro Centro S/N, Cocal dos Alves – PI, nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 018/2021, consoante consta do Processo Administrativo nº01561/2021, RESOLVE registrar preços para Registro de preço para Contratação de empresa para fornecimento de itens para compor cesta básica para atender a Secretária de Assistência Social de Cocal dos Alves -PI, com fornecimento na sede do Município conforme especificação constante no termo de referência, observada as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, a especificação, o preço, os quantitativos e o fornecedor classificado na licitação supracitada, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional ás partes, á luz da legislação que rege a matéria.

1. DO OBJETO

1.1 – O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Eletrônico SRP nº 018/2021, nos termos do§ 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 7.892/2013, com objetivo de disponibilizar para os órgãos/entes, preços para posterior e oportuna registro de preço para Contratação de empresa para fornecimento de itens para compor cesta básica para atender a Secretaria de Assistência Social de Cocal dos Alves -PI, a serem registrados em ata, que ficara disponível para aquisições futuras, para atender a secretaria de Assistência Social do município de Cocal dos Alves, conforme descrito no termo de referência, a serem entregues em sua totalidade, parceladamente ou não, conforme o objeto e a necessidade do órgão/ente da Prefeitura de Cocal dos Alves, Estado do Piauí, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos, mantendo a equipe de controle devidamente informada sobre possíveis irregularidades.

1.2 – Registro de Preços de bens, para atender os órgãos/entes da Prefeitura de Cocal dos Alves - PI, conforme relacionados em anexo, sob especificações técnicas e estimativas médias de consumo.

1.2.1 – A aquisição do bem objeto desta licitação será solicitada diretamente a equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o produto, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos , itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

1.3 – Os bens deverão ser entregues, após solicitação formal de cada órgão/ente e gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação de Cocal dos Alves -PI.

1.4 – Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o satisfatório fornecimento/prestação dos serviços objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento do almoxarifado sofra qualquer solução de descontinuidade.

1.5 – Os órgãos/entes não se obrigam a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A Administração ou gerenciamento da presente ata caberá à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI.

3. DA SOLICITAÇÃO E DO FORNECIMENTO

3.1 – Da Solicitação:

A Administração deverá emitir Ordens de Fornecimento (OF), ou instrumento equivalente, contendo quantidade, discriminação do objeto, preço unitário e total e prazo de fornecimento, e a Nota de Empenho, ao detentor da Ata, depois de consulta formulada à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI, responsável pelo gerenciamento do Sistema.

3.2 – Na OF ou documento equivalente deverá está declarado a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa. **339030- material de consumo**

3.3 – Do Fornecimento: De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, entregará o material requisitado no prazo de 03(três) dias úteis, a contar do Recebimento da OF e da Nota de Empenho.

4. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO

4.1 – Os preços ofertados, especificação, marca do produto, empresa e representante legal encontram- se anexos nesta ata.

5. DO PRODUTO

O objeto fornecido deverá estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes do anexo I do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 018/2021 – SRP/PMCDA/PI.

6. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Prefeitura de Cocal dos Alves – PI, representando os órgãos/entes aderentes, e a(s) Detentora(s), terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 – O local de entrega dos bens será designado por cada órgão/ente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento/ Retirada da OF e Nota de Empenho.

8. DO PAGAMENTO

8.1 – Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

8.2 – Os pagamentos serão feitos através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura 8.3. – Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar ao órgão/ente, os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS.

b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

8.3 – Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.4 – Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

9.1 – As solicitações do objeto serão efetuadas pelo setor de compras de cada órgão/ente responsável pela guarda e dispensação e a autorização para aquisição e emissão de empenho ficará a cargo do setor financeiro.

10. DO CONTRATO

10.1 – Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

10.2 – O contrato de fornecimento será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

10.3 – Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

11. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1 – Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da cada órgão ente.

11.2 – O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico SRP n.º 018/2021.

11.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 – Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando- se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

12. DAS PENALIDADES;

12.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de preços, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando- a as penalidades legal estabelecidas.

12.2 – No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência.

12.2.2 Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho,

(Continua na próxima página)

www.diarioficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais

Folha 207
PREFEITURA DE COCAL DOS ALVES - PI
CPL COMISSÃO DE LICITAÇÃO

recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

12.2.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura de Cocal dos Alves, Estado do Piauí, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.3 – As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos por cada órgão/ente ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

12.4 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

13 – DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 – Os Objetos deverão ser entregues de acordo com as necessidades de cada órgão/ente.

13.2 – A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa de cada órgão/ente, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.

13.3 – A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

13.4 – A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em local designado por cada órgão/ente, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

13.5 – O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade, no local designado, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

13.6 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

13.7 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

13.7.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

13.7.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

13.7.2. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

13.8 – O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

14. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

14.1 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial à Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.

14.2 – Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvados, entretanto, a possibilidade de revisão dos preços vigentes conforme previsão editalíssima ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

14.3 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado, evitando, contudo, solução de descontinuidade dos fornecimentos. Não haverá procedimento de revisão ou atualização em prazo inferir a 60 (sessenta) dias contados da publicação do Extrato, independente do motivo que possa ser alegado.

14.4 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga- se a comunicar a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

15 – DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

15.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

15.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas.

16.1 – Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

16.1.1 – a detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

16.1.2 – a detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa. 16.1.3- a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços; 16.1.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

16.1.5 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução;

16.1.6 – por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

16.1.7 – sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

16.1.8 – a comunicação de cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntando- se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no DOM/PI, pelo menos por uma vez, considerando- se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação.

16.1.9 – Fica estabelecido que a detentora da ata deverá comunicar imediatamente a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos.

16.2 – Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.

16.2.1 – A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula 7, caso não aceitas as razões do pedido.

16.2.2 – A rescisão ou suspensão do objeto com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

16.3 – A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s).

17. DISPOSIÇÕES GERAIS;

(Continua na próxima página)

Folha 208
PREFEITURA DE COCAL DOS ALVES - PI
CPL COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

17.1 – O compromisso de aquisição de bens só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços.

17.2 – Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo).

17.3 – Os pedidos às detentoras da Ata, deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de "fac-símile" ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando- se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição.

17.4 – A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal.

17.5 – Caso o fornecimento do objeto não corresponda às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.

17.6 – O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P. independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação através da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI, nesse intervalo de tempo.

17.7 – Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo Correio, via AR ou sob registro, considerando-se como efetivamente recebido na data 24 (vinte e quatro horas) da data da postagem, para todos os efeitos legais.

17.8 – A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMCDA/PI, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

17.09 – As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir.

17.10 – Ao detentor da Ata cabe assegurar o fornecimento do material conforme definido na sua proposta e aceito pela pregoeira, sem prejuízo de todas disposições previstas no Código do Consumidor.

17.11 – Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P. é competente, por força de lei, o Foro da Comarca da Cidade de Cocal dos Alves dos Alves dos Alves - Piauí, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

Cocal dos Alves – PI, 24 de setembro de 2021

PREFEITURA DE COCAL DOS ALVES REPRESENTADA POR, MARIA DE JESUS FROTA DE SOUSA, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE

MARIA DO CARMO DE MORAIS NETA
PREGOEIRA

MANOEL AMARAL DE SOUSA FILHO EIRELI - EPP C.N.P.J sob o nº04.902.822/0001-19
CONTRATADA

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de itens para compor cesta básica, para atender o "Projeto Prato Cheio Municipal", Benefício Emergencial, no Município de Cocal dos Alves – PI, que trata sobre a regulação da concessão de provimento alimentar direto em caráter emergencial e da outras providencias, conforme a Lei Municipal nº229/2021, de 18 de junho de 2021, Secretaria de Assistência Social de Cocal dos Alves – PI.

DATA DA SESSÃO: 23/09/2021

HORÁRIO: 10:00 Hs

PREGOEIRA: MARIA DO CARMO DE MORAIS NETA

ADJUDICAÇÃO: 23/09/2021

HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2021

ITENS REGISTRADOS

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de itens para compor cesta básica, para atender o "Projeto Prato Cheio Municipal", Benefício Emergencial, no Município de Cocal dos Alves – PI, que trata sobre a regulação da concessão de provimento alimentar direto em caráter emergencial e da outras providencias, conforme a Lei Municipal nº229/2021, de 18 de junho de 2021, Secretaria de Assistência Social de Cocal dos Alves – PI.

EMPRESA: MANOEL AMARAL DE SOUSA FILHO EIRELI - EPP C.N.P.J sob o nº04.902.822/0001-19

19 ITENS

ITENS	OBJETO	UNID	QTD	V. UNT. R$	V.TOTAL R$
1	AÇUCAR CRISTAL KG – **MARCA HOLANDA**	KG	1000	R$ 3,97	R$3.970,00
2	ARROZ TIPO 1 FARDODE 1KG – **MARCA ACHEI**	KG	1000	R$4,70	R$4.700,00
3	LEITE EM PÓ 250G – **MARCA ITALAC**	PCT	800	R$ 6,40	R$5.120,00
4	BISCOITO DOCE PCT COM 400G – **MARCA KIKOS**	PCT	600	R$3,92	R$2.352,00
5	BISCOITO SALGADO PCT COM 400G – **MARCA KIKOS**	PCT	600	R$3,70	R$2.220,00
6	CAFÉ EM PÓ PCT 250 – **MARCA MARATA**	PCT	800	R$ 5,30	R$4.240,00
7	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA 1KG – **MARCA EXTRA**	KG	800	R$ 5,00	R$4.000,00
8	FARINHA LACTEA LATA OU PACOTE COM 600G – **MARCA MARATA**	UND	1000	R$ 7,30	R$7.300,00
9	FEIJÃO 1KG – **MARCA JUPI**	KG	1000	R$ 8,20	R$8.200,00
10	FLOCÃO DE MILHO PCT 500G – **MARCA JUPI**	PCT	800	R$ 1,90	R$1.520,00
11	MACARRÃO PCT 500G – **MARCA IMPERADOR**	PCT	1200	R$ 3,00	R$3.600,00
12	GOMA – **MARCA LOPES**	PCT	800	R$ 6,90	R$5.520,00
13	MINGAU PCT DE 1KG SABORES VARIADOS – **MARCA ALLNUTRI**	KG	1200	R$ 24,45	R$29.340,00
14	OLEO DE SOJA 900ML – **MARCA SOYA**	UND	800	R$ 9,15	R$7.320,00
15	SAL REFINADO 1KG – **MARCA ESTRELA**	KG	800	R$ 0,70	R$560,00
16	SARDINHA EM OLEO LT DE 130G – **MARCA 88**	LT	1500	R$ 5,10	R$7.650,00
17	LINGUIÇA MISTA 5KG – **MARCA FRIATO**	PCT	500	R$ 100,65	R$50.325,00
18	FRANGO CONGELADO KG – **MARCA AVENOVA**	PCT	400	R$ 11,50	R$4.600,00
19	CARNE MOIDA 500G – **MARCA MAFRIPAR**	PCT	400	R$ 16,15	R$6.460,00
				VALOR TOTAL DOS ITENS	R$ 158.997,00

OBSERVAÇÕES I:

- A empresa vencedora é detentora da expectativa do direito em igual condições considerado para efeito de liberação;
- Os serviços serão prestados / ou materiais entregue, conforme definido no edital, na Ata da SRP;
- A liberação ficará adstrita a indicação de dotação orçamentária que sustentará a despesa em conformidade com o planejamento realizado para o exercício vigente;
- O órgão solicitado fará a solicitação do serviço conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários;
- A Ata de Registro **006/2021** integra este extrato parcial como se nele estivesse transcrita para todos os efeitos, no teor contido no processo administrativo nº **01561/2021.**

OBSERVAÇÕES II:

LICITANTE	MANOEL AMARAL DE SOUSA FILHO EIRELI - EPP
CNPJ	04.902.822/0001-19
ENDEREÇO	AV. PREF.GONÇALO RODRIGUES MAGALHÃES, nº 976, Bairro CENTRO
CIDADE	PIRACURUCA - PI
CEP	64.240-000
E-mail	m.amaralfilho@bol.com.br
FONE	(86)3343-1206 /99074460

www.diarioficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais

Folha 209
PREFEITURA DE COCAL DOS ALVES - PI
CPL COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Id:0CC5409555C6AC57

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 040/2021
REF: PE Nº018/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE COCAL DOS ALVES REPRESENTADA POR, MARIA DE JESUS FROTA DE SOUSA, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA MANOEL AMARAL DE SOUSA FILHO EIRELI - EPP C.N.P.J sob o nº04.902.822/0001-19.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de itens para compor cesta básica, para atender o "Projeto Prato Cheio Municipal", Benefício Emergencial, no Município de Cocal dos Alves – PI, que trata sobre a regulação da concessão de provimento alimentar direto em caráter emergencial e da outras providencias, conforme a Lei Municipal n°229/2021, de 18 de junho de 2021, Secretaria de Assistência Social de Cocal dos Alves – PI.

FONTE RECURSOS: tesouro municipal e do fundo Municipal de Assistência Social – FMAS,

DO VALOR R$158.997,00 (cento e cinquenta e oito mil novecentos e noventa e sete reais), conforme planilha em anexo ao contrato e proposta vencedora anexa ao processo.

ELEMENTOS DE DESPESAS - 339030- material de consumo.

PRAZO: O prazo do referido contrato será até 31/12/2021 somente podendo ser prorrogado conforme artigo 57º da lei 8.666/93 e Edital e seus anexos.

Cocal dos Alves, 24 de setembro de 2021 - Secretária de Assistência Social - MARIA DE JESUS FROTA DE SOUSA.

Id:09FEB5A49AB2ACBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DOS ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
CNPJ nº 30.276.220/0001-03
Rua Feliciano Rodrigues de Brito, s/n, centro - CEP 64258-000

PORTARIA SEMED Nº 62 de 10 de setembro de 2021

Dispõe sobre as diretrizes para o retorno das atividades pedagógicas flexíveis nas Instituições de Educação do município de Cocal dos Alves no ano letivo de 2021.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COCAL DOS ALVES, no uso de suas atribuições legais, considerando o planejamento para a flexibilização das medidas de isolamento social e o retorno gradual, segmentado e regionalizado das atividades educacionais presenciais com ensino híbrido com base em parâmetros epidemiológicos e sanitários.

Entendendo atividades pedagógicas flexíveis como aquelas realizadas pela escola para atendimento à diversidade dos estudantes e seus contextos de acesso, considerando diferentes estratégias pedagógicas, entre elas a abordagem de ensino híbrido.

Compreendendo o ensino híbrido como uma abordagem que combina aprendizado em modelos que mesclam momentos em que o estudante estuda sozinho, atividades com meios físicos ou virtual, e coletivo com outros em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a interação entre pares e entre estudante e professores, definido essencialmente pela mantenção das atividades pedagógicas.

CONSIDERANDO o Protocolo Geral de Recomendações de Biossegurança com Enfoque Ocupacional Frente à Pandemia, aprovado pelo Decreto nº 19.040, de 19 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o Pacto pela Retomada Organizada no Piauí COVID-19 - PRO PIAUÍ, instituído pelo Decreto nº 19.014, de 08 de junho de 2020, estabelecendo o planejamento para a flexibilização das medidas de isolamento social e retorno gradual, segmentado e regionalizado das atividades econômicas e sociais com base em parâmetros epidemiológicos, sanitários e econômicos;

CONSIDERANDO o Decreto nº 19.116 de 22 de julho de 2020, que dispõe sobre a adequação do Calendário de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais, segundo a estratégia do Pacto pela Retomada Organizada das Atividades Econômicas COVID-19 - PRO PIAUÍ, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 19.429, de 08 de janeiro de 2021, que aprova o Protocolo Específico com Medidas de Prevenção e Controle da Disseminação do SARS-Cov-2 (COVID-19) para o setor relativo à Educação, para o ano letivo de 2021;

CONSIDERANDO a avaliação epidemiológica e as recomendações que vêm sendo apresentadas pelo Centro de Operações Emergenciais em Saúde Pública do Estado do Piauí COE/PI (Comitê Técnico);

CONSIDERANDO os dados epidemiológicos do município de , quanto à constatação da redução da taxa de transmissão da COVID-19, bem como a diminuição do número de pacientes na fila de espera por leitos para tratamento da COVID-19, bem como o decréscimo do tempo de permanência em fila de espera para o seu tratamento;

CONSIDERANDO a necessidade de manter as medidas sanitárias de enfrentamento à COVID-19 e de contenção da propagação do novo coronavírus, bem como de preservar a prestação das atividades essenciais, dentre elas, a educação.

CONSIDERANDO as orientações da Portaria SEDUC-PI/GSE Nº 806 de 22 de junho de 2021 que dispõe sobre as diretrizes para o retorno das atividades pedagógicas flexíveis nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí no ano letivo de 2021.

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes para o retorno das atividades pedagógicas flexíveis, nas unidades escolares da rede pública municipal de Cocal dos Alves, no 2º semestre do ano letivo de 2021.

Parágrafo único. Os estudantes, e suas respectivas famílias, que não se sentirem seguros para o retorno às aulas presenciais, poderão continuar em regime de aulas não presenciais. Considerando a garantia de manutenção do vínculo, os estudantes deverão comparecer presencialmente à escola, pelo menos, uma vez por mês para realizar presencialmente as avaliações.

Art. 2º. A Rede Municipal de Ensino de Cocal dos Alves adotará, a partir de 16 de setembro de 2021, para as unidades escolares da rede pública municipal, no ano letivo de 2021, atividades pedagógicas flexíveis, realizadas de forma presencial e não presencial.

§ 1º Por atividades não presenciais entende-se o conjunto de atividades, realizadas e entrega de materiais impressos, que assegurem o atendimento dos estudantes para fins de cumprimento da carga horária mínima obrigatória e da promoção das aprendizagens essenciais.

§ 2º As atividades pedagógicas de aprendizagem não presenciais devem ser compartilhadas por meio físico.

§ 3º Compete à comunidade escolar analisar quais estratégias são mais adequadas, no que se referem às atividades pedagógicas flexíveis, para o alcance de todos os discentes, quais sejam: material impresso, roteiro de estudos, atendimento priorizado, plantões tira dúvidas, aplicação de simulados, avaliações internas e externas, aulas expositivas dialogadas, dentre outros.

Art. 3º. Para o retorno das aulas presenciais com atividades pedagógicas flexíveis, faz-se necessário a apresentação de um Plano de Segurança Sanitária e Contenção da COVID-19 por escola, a ser disponibilizado para a Secretaria Municipal de Educação até o dia 30 de agosto de 2021.

Art. 4º. Para o retorno das aulas presenciais com atividades pedagógicas flexíveis, faz-se necessário a reelaboração do planejamento docente.

Art. 5º. Para o retorno das atividades pedagógicas flexíveis, as unidades escolares devem realizar:

I - Acolhimento socioemocional contínuo dos estudantes e professores, como forma de amenizar os impactos psicológicos decorrentes do período de isolamento social;

II - Momentos de orientações para a comunidade escolar sobre as medidas de biossegurança, de acordo com o disposto pelas autoridades sanitárias, e sobre os modelos pedagógicos estabelecidos para o retorno gradativo das atividades presenciais e manutenção das aprendizagens;

III - Solicitar assinatura de Termo de Responsabilidade ao responsável pelo estudante para participação dos momentos presenciais, disponibilizado pela escola.

DO CRONOGRAMA DE RETORNO

Art. 6º. As atividades pedagógicas flexíveis atenderão ao seguinte cronograma:

I- 1ª quinzena de agosto – Sensibilização da comunidade escolar ou aplicação de questionário sobre a retomada atividades pedagógicas flexíveis.

II- 2ª quinzena de agosto – Elaboração do Plano de Atendimento e envio para a Secretaria Municipal de Educação.

III- 1ª quinzena de setembro - Acolhimento das equipes, planejamento pedagógico e formação.

IV- 2ª quinzena de setembro - Retorno das atividades pedagógicas do 2º semestre letivo com os discentes, conforme plano de atendimento.

DA ORGANIZAÇÃO

(Continua na próxima página)